

DENDEICULTURA E DESCAMPESINIZAÇÃO NA AMAZONIA PARAENSE¹

LA CULTIVATION DE LA PALME À HUILE ET LA DÉPAYSANNISATION DANS L'AMAZONIE AU PARÁ

João Santos Nahum

Docentes da FGC/PPGEO/UFPA
joaonahum@ufpa.br

Cleison dos Santos Bastos

Discente do PPGEO/UFPA
cleison.bastos@bol.com.br

RESUMO

A dendeicultura na Amazônia paraense constitui um dos momentos mais enigmáticos de reprodução do capital no espaço agrário, posto que reedita fatos e discursos típicos do ufanismo da década de 1970, que proclamavam a Amazônia como fronteira agrícola, produtora de alimentos e assim atraía o capital financeiro de bancos e mesmo multinacionais para o meio rural. Indicamos alguns componentes dessa nova situação geográfica que se desenha no espaço agrário amazônico. Expomos, em largos traços, uma tendência que visualizamos no horizonte regional onde o evento da dendeicultura aporta, quais sejam, a descampesinização, isto é, a formação de um campo sem camponeses, posto que estes se metamorfoseiam, paulatinamente, em trabalhadores para o capital, seja como assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar. Para tanto, sustentamo-nos em dados de pesquisas sobre e na microrregião de Tomé-Açu, composta pelos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu, realizada pelo Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia, o qual coordenamos.

Palavras-chave: Amazônia. Camponês. Território. Espaço agrário. Dendê.

RESUMÉ

La cultivation de palme à huile en Amazonie, en particulier à l'État du Pará, s'est constitué comme un des plus énigmatiques événements de la reproduction du capital dans l'espace agraire brésilien, puisqu'elle réédite faits et discours typiques de l'ufanisme des années 1970, quand il a été proclamée que l'Amazonie été la frontière agricole, productrice de nourriture et ainsi se faisait comme point d'attraction pour le capital financier des banques et les entreprises multinationales qui agissaient dans le milieu rural. Dans cet article sont indiqués quelques composantes de cette nouvelle situation géographique qui s'est dessiné dans l'espace agraire amazonien. Il s'agit de la formation d'un pays sans paysans puisque ceux-ci se transforment de plus en plus, en travailleurs pour le capital, soit comme des assalariés des entreprises, soit comme des

engagés dans l'agriculture familiale sousmise et intégrée à la logique de l'accumulation du capital. Pour ces affirmations l'article s'est basé sur des données de recherche sur la microrégion de Tomé-Açu, composée par les municipes d'Acará, Concórdia du Pará, Moju, Tailândia et Tomé- Açu, ce qui a été réalisée para le Groupe de Recherche Dynamiques Territoriales de l'Espace Agraire de l'Amazonie, sous notre coordination.

Mots clé: Amazonie, paysannerie, territoire, agraire, huile de palm.

Introdução²

Interpretamos a formação do espaço agrário amazônico como a sucessão de períodos de expropriação das comunidades e populações tradicionais em função de interesses exógenos ao lugar. Interesses sistematizados em planos e programas que *desenvolvem* a região, reordenam a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social de acordo com os diversos *booms* econômicos exigidos pela lógica do mercado externo. Assim, a extração de drogas e especiarias da floresta, da borracha, de minérios, bem como a produção, armazenamento e transporte de energia hidroelétrica constituem estratégias de desenvolvimento regional para encontrar as condições mais favoráveis para reprodução do capital na Amazônia.

A reprodução do capital no espaço agrário amazônico, por meio do monopólio do uso da terra, é voraz e demanda grandes áreas. Isso porque, a ampliação e apropriação da renda da terra pelo capital, ainda que auxiliada pela revolução técnica-científica-informacional balizadora de uma agricultura de precisão genética e edafoclimática, é incapaz de subverter o ritmo e movimento da vida, da natureza. O tempo natural flui entre o semear, o germinar e o colher; movimenta-se entre a coleta de sêmen, a inseminação, a gravidez, a gestação e o nascimento. E como para o capital tempo é dinheiro, busca-se apropriar de terra útil e utilizável até que dela não precise mais. Portanto, é instrumental a relação que, em seu processo de reprodução, o capital estabelece com a terra, ela é tão somente um meio de produção e força produtiva, valor de troca.

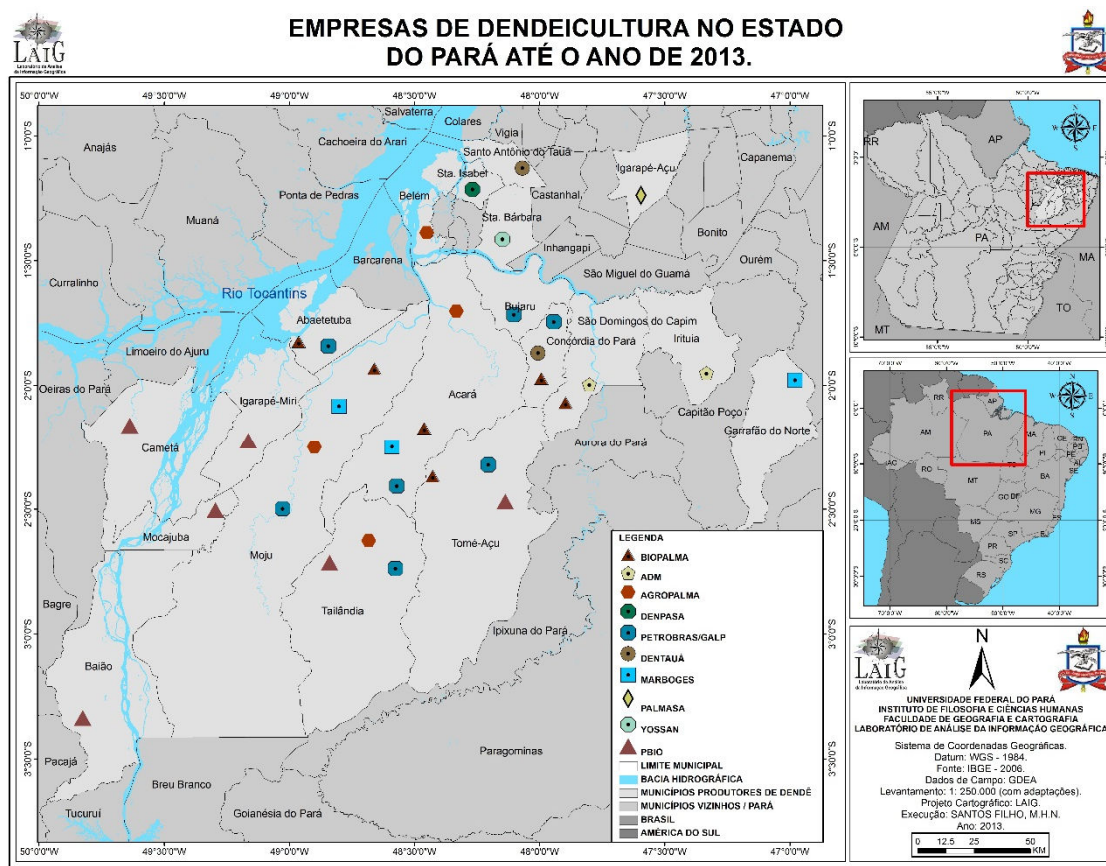
A dendeicultura de energia na Amazônia paraense constitui um dos momentos mais enigmáticos de reprodução do capital no espaço agrário, posto que reedita fatos e discursos típicos do ufanismo do I PDA(1972-74), que proclamava para a Amazônia a vocação de fronteira agrícola, produtora de alimentos e assim atraía o capital financeiro

de bancos e mesmos multinacionais do setor automobilístico para o meio rural (NAHUM, 2012). Assim, por exemplo, milhares de hectares de dendê no Moju foram plantados sob a gestão do Banco Real, na década de 1990 (SACRAMENTO, 2012). Hoje, na segunda década do século XXI, 2013, multinacionais como a Vale e a Petrobrás, que, historicamente, tem seu foco em setores não-agrícolas, orientam partes de seus recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de palma de dendê utilizável na composição do biodiesel, edificando empresas como BIOPALMA, uma empresa Vale, e Petrobrás Biocombustível.

Indicamos alguns componentes dessa nova situação geográfica que se desenha no espaço agrário amazônico. Expomos, em largos traços, uma tendência que visualizamos no horizonte regional onde o evento da dendeicultura (NAHUM, MALCHER, 2012) aporta, quais sejam, a descampesinização, isto é, a formação de um campo sem camponeses que, paulatinamente, metamorfoseiam-se em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar. Para tanto, sustentamo-nos em dados coletados por meio de pesquisas sobre e na microrregião de Tomé-Açu, composta pelos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu, no nordeste paraense, realizada pelo Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia. O texto compõe-se de duas partes, além da introdução e das considerações finais, na primeira expomos as condições técnicas, políticas e territoriais que edificam o período do dendê; na segunda, delineamos os elementos que assinalam no horizonte a descampesinização, isto é, a formação de um campo sem camponeses nos lugares onde o dendê aporta.

O período do dendê

No estado do Pará formaram-se territórios usados pelas empresas produtoras de dendê, possibilitados por políticas estatais associadas a interesses empresarias. Distribuem-se predominantemente pela macrorregião do Nordeste Paraense, singularizando-se pela descontinuidade, configurando-se como territórios-rede (HAESBAERT, 2004) espalhados pelo arranjo espacial do estado, onde cada campo de dendê constitui um ponto na rede, unificados por um comando exógeno (Mapa 1).



Fonte: Trabalho de campo GDEA de 2008 a 2013.

O tamanho e quantidade dos pontos dependem da envergadura e natureza do capital acionado para transformar extensas terras em território do dendê. Portanto, nem toda empresa de dendê tem condições políticas, econômicas e espaciais para construir seu território-rede. Desde então, temos demarcado um período geográfico do dendê, tornado possível por determinados estágios das pesquisas tecnológicas acerca das condições edafoclimáticas propícias ao cultivo em grande escala da palma do dendê, empreendidas pela EMBRAPA; por um conjunto de ações governamentais que promoveram a dendeicultura à política de estado, tais como o Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel(2005) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil(2010), que propõem saídas para crise da matriz energética alicerçada no combustível fóssil e igualmente respondem à histórica dívida social do estado para com o campesinato tradicional, visto que esse plano promoveria a inclusão social dos agricultores familiares por meio do programa dendê sustentável; por fim, tornado possível pela voracidade do mercado de *commodities* de óleo de palma, que encontrou

seus limites físicos e territoriais na Ásia, isto é, no velho continente a terra para plantar dendê tornou-se escassa, por isso expande-se para África e América Latina, onde na Amazônia, encontrou territórios rurais deprimidos (ORTEGA, 2008), isto é, espaços historicamente esquecidos nas políticas de estado para o meio rural, caracterizados por baixo IDH, IDEB, altos índices de beneficiários pelo programa bolsa família, serviços de transporte, saúde, educação, saneamento, dentre outros, mais precários do que os encontrados nas áreas urbanas dos municípios.

No período atual, os territórios-rede da dendeicultura na Amazônia paraense estruturam-se com as políticas de estado para a matriz energética, tais como promoção da agricultura de energia e no interior desta as espécies vegetais para o biodiesel. Políticas sistematizadas no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel(2005) e no Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma(2010), que objetivam a implementação de forma sustentável a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Políticas que têm como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

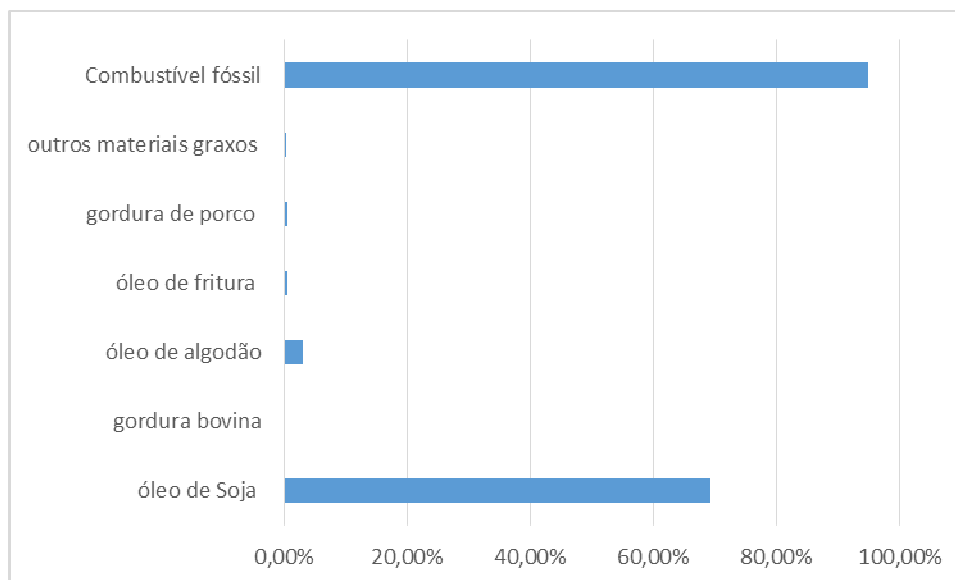
Para tanto, o governo cria reserva de mercado por meio da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional. O percentual obrigatório em 2012 alcançaria 5%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma³.

A área plantada necessária para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é estimada em 1,5 milhão de hectares, o que equivale a 1% dos 150 milhões de hectares plantados e disponíveis para agricultura no Brasil. Tecnicamente este número não inclui as regiões ocupadas por pastagens e florestas. As regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas (soja, algodão, palma, amendoim, girassol, mamona, dentre outras) e rotas tecnológicas, possibilitando a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), responsável pela regulação e fiscalização do novo produto, cria a figura do produtor de biodiesel, estabelece as especificações do combustível e estrutura a cadeia de comercialização. A mistura do

biodiesel ao diesel de petróleo será feita pelas distribuidoras de combustíveis, assim como é feito na adição de álcool anidro à gasolina.

Gráfico 1-COMPOSIÇÃO DO BIODIESEL 5



Fonte: Boletim mensal da ANP. Novembro 2013. Organizados pelos autores.

Conforme o Boletim Mensal do Biodiesel de novembro de 2013, da Agência Nacional de Petróleo, a composição do biodiesel é Biodiesel (5%)+ Diesel (95%). Igualando-se biodiesel 5% a 100%, temos a seguinte composição: óleo de Soja (69,24%), gordura bovina (25,18%), óleo de algodão (3,07%), óleo de fritura (0,65%), gordura de porco (0,57%), outros materiais graxos (0,29%)⁴. (Gráfico 1)

No Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil emerge a dendeicultura para energia, isto é, o cultivo de palma de dendê destinada à produção de biodiesel. O programa atrai empresas como a BIOPALMA, a PETROBRAS Biocombustível, ADM (Archer Daniels Midland), dentre outras, para o espaço agrário regional. Processo que foi precedido pelo aquecimento no mercado de terras nos municípios da mesorregião do Nordeste Paraense em busca de áreas antropizadas, pois, segundo o Art. 4º do Programa “Fica vedada, a partir da vigência desta Lei, a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo.”

Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificados para dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia. Assim, de acordo com levantamento realizado pela equipe do GDEA (Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia), a BIOPALMA adquire 116 propriedades de tamanhos diversos, agrupadas nos polos de Moju, Acará, Tomé-Açu e Concórdia, perfazendo aproximadamente 60 mil hectares.

O mercado de terras cria condições territoriais para que a BIOPALMA, PETROBRAS e ADM adquirissem terras para dendeicultura. A BIOPALMA, segundo BASA(2012), tem por meta plantar 80 mil hectares, sendo 60 mil/ha próprios, praticamente adquiridos, e 20 mil/ha em associação com a agricultura familiar. Abrangendo 2 mil famílias pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. Considerando-se que a reserva legal a ser respeitada pelo dendê é de 50% da área plantada, podemos dizer que a BIOPALMA terá o monopólio de uso do território de uma área de 160 mil/ha.

A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL, conforme BASA(2012), tem dois grandes projetos de agricultura de energia. O projeto Belém Bioenergia S/A(BBB) em associação com a GALP ENERGIA, que visa produção de óleo para Portugal. Ele prevê exportar 250 mil toneladas em 2014, abrangendo 50 mil/ha em associação com agricultores familiares e produtores independentes. O outro projeto é Petrobras Pará, que tem por meta uma área de 48 mil/ha e abastecer a região norte. A empresa não tem interesse em comprar terras, por isso estabelece parcerias, sobretudo arrendamento e programas de agricultores familiares. Concretizando-se essa meta a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL terá o monopólio de uso do território de uma área de 196 mil hectares, considerada a reserva legal.

A ADM do Brasil, de acordo com BASA(2012), iniciou em 2011, a construção de uma planta de processamento de palma no município de São Domingos do Capim, em parceria com produtores locais e o governo. A produção ocupará um total de 12.000 ha, sendo 50% próprio e a outra metade com a agricultura familiar (600 famílias com plantio

individual em torno de 10 ha). A usina de processamento será implantada na comunidade Perseverança, município de São Domingos do Capim, com capacidade de 60 toneladas de cachos de frutos frescos(CFF) por hora. Concretizando-se essa meta a empresa terá o monopólio de uso do território de uma área de 24 mil hectares, considerada a reserva legal.

Descampesinização: campo sem camponeses

Nesta situação geográfica visualizamos nos lugares onde a dendeicultura aporta a tendência a descampesinização, isto é, formação de um campo sem camponeses, predominando moradores rurais, assalariados rurais ou mesmo produtores de dendê. Senão vejamos, para concretizar suas metas a BIOPALMA deverá contar com um contingente de mão de obra de aproximadamente 8.000 pessoas, sendo 6 mil de mão de obra individual assalariada e 2.000 unidades familiares, mão de obra coletiva, proveniente de associação com agricultura familiar; a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL contará com a adesão de 98 mil unidades produtivas entre familiares e arrendatário; a ADM, por sua vez, para atingir sua meta terá a adesão de 600 unidades familiares e um contingente de 600 trabalhadores assalariados individuais.

Os números decorrem da contabilidade gerencial das empresas, segundo a qual, para ser lucrativo, o empreendimento deve manter o patamar de um trabalhador a cada 10 hectares, ou seja, cada trabalhador e unidade familiar cuidará de 1.430 plantas. Isso torna o trabalho na dendeicultura profundamente exaustivo, pois desde a aquisição e transporte das mudas, preparo de área, plantio, tratos culturais, colheita, transporte até a agroindústria e processamento tudo demanda esforço físico.

Considerando-se os números do BASA acerca das operações e área financiada para agricultura familiar de dendê, as metas de inclusão social de unidades familiares por meio da dendeicultura de energia ainda estão demasiadamente distantes. Segundo os dados do BASA, obtidos em pesquisa de campo do GDEA, em relação aos contratos do PRONAF do período de 2005 a fevereiro de 2013, foram assinados 267.932 contratos, abrangendo 142 municípios, cujos números oscilam de 21.820 em São Felix do Xingu a 1 em Sapucaia. Deste universo, os relativos aos PRONAF-ECO abrangiam 15 municípios e totalizavam 706 contratos, sendo Moju e Tomé-Açu aqueles com maior número de contratos, 153, e Castanhal com o menor, apenas 1 contrato (Quadro 1).

Quadro 1- Municípios, contratos e valores do Pronaf Eco

MUNICÍPIOS	Nº CONTRATOS	VALOR CONTRATADO (R\$)
Acara	44	3.026.451,50
Aurora do para	2	149.879,00
Baião	4	309.341,60
Bujaru	5	299.629,48
Cametá	8	632.031,60
Castanhal	1	38.009,55
Concordia do para	25	1.594.962,12
Garrafao do norte	20	1.049.047,30
Igarapé-Acu	3	189.811,80
Irituia	16	644.556,98
Mocajuba	2	158.962,90
Moju	153	11.207.762,68
São domingos do capim	149	8.986.765,74
Tailândia	121	9.176.794,64
Tome-Acu	153	10.673.987,77
Total Geral	706	48.137.994,66

Fonte: GESOP-COASC (Sistema CONTROPER) base fev./2013

A dendeicultura de energia não se sustenta do trabalhador coletivo das unidades familiares. Este contingente é pequeno comparado a quantidade de trabalhadores individuais. Mas é importante componente do discurso de responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado a dendeicultura.

Segundo entrevista com funcionários da BIOPALMA e a gerência da MARBORGES, os altos índices de inadimplência, a ausência de arranjos institucionais locais junto às prefeituras, problemas com a regularização de imóvel, a inexistência de capital social camponês, além do hiato entre o número de famílias cadastradas no diagnóstico territorial participativo e àquelas aptas ao programa de agricultura familiar explicam pequeno número de contratos no PRONAF-ECO, linha de crédito destinada à custear projetos de agricultura familiar do dendê.

A unidade produtiva inserida nos programas de agricultura familiar tem a possibilidade de cultivar dendê consorciado com mandioca, melancia, feijão, por exemplo, mas somente no primeiro ano de plantio da palma, quando as raízes ainda não estão completamente desenvolvidas e permite o plantio de culturas que não são de raízes profundas. Entretanto, provavelmente, lhe faltaria energia física para essas

atividades, visto que a mesma foi utilizada no empreendimento do dendê. Assim, a pluriatividade característica da unidade familiar camponesa, provavelmente, tende a ceder espaço para a especialização produtiva, predominando o que Bernstein(2011) chama de mercantilização da sobrevivência, ou seja, “[a] mercantilização é o processo pelo qual os elementos de produção e reprodução social são produzidos para troca no mercado e nele obtidos e que os sujeita às suas disciplinas e compulsões.” (BERNSTEIN, 2011, p.125).

Em trabalho de campo realizado pela turma de geografia da UFPA, em agosto de 2013, nas unidades familiares que plantam dendê associadas à BIOPALMA em Tomé-açu, os produtores ressaltaram que

o cultivo do dendê é mais uma alternativa de produção boa, pois tem comprador certo. Mas é difícil para uma só pessoa trabalhar os 10 hectares, ele precisa contar com a ajuda de vizinhos amigos. Só ele não dá. Além do que hoje nós compramos muita coisa do que a gente plantava antes. (Entrevistado 1)

Noutra entrevista ouvimos as vantagens e dificuldades da associação com o dendê, como relata o entrevistado 2, que trabalha no terreno do sogro de 25 hectares e plantou dendê em 10 hectares, “decidi plantar dendê pela vida prolongada e alta produtividade do dendê que nos primeiros anos é de 3ton/ha e depois pode chegar a produzir 15 ton/ha, e também porque o terreno é muito úmido e por isso improdutivo para o plantio da mandioca.” (Entrevista do 2). O entrevistado 3 menciona que

a família deixou de cultivar outras culturas (pimenta e mandioca que produziam antes) para se dedicar ao dendê, ele trabalha sozinho no dendezal e não tem tempo de trabalhar no roçado. Agora temos que comprar tudo o que antes eles produziam (feijão, arroz, farinha). Até o momento a vida da família não melhorou, mas espero que no futuro melhore, estamos até pensando em voltar a produzir a cultura familiar. (Entrevistado 3)

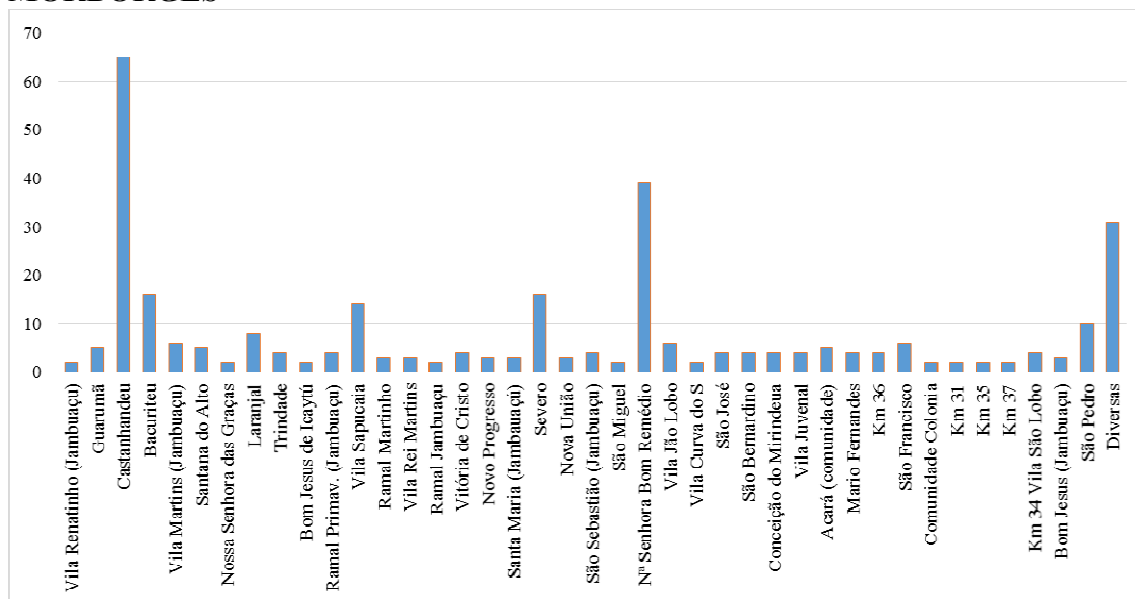
Apesar disso as unidades familiares são atraídas para a dendeicultura, pois as empresas oferecem apoio ao produtor *tanto da porteira para dentro quanto da porteira para fora*, seja na gestão dos créditos do PRONAF-ECO, na forma de alocação desses recursos para custeio e capital, seja prestando assistência técnica, treinamento, monitoramento, garantia de compra. Apoio que ele nunca conheceu na sua história de vida no campo. Ou melhor, o único “apoio” decorria do atravessador, responsável por

escoar para o mercado produtos do campesinato tradicional. A dendeicultura não precisa da figura do atravessador, historicamente responsável pela circulação e comercialização dos produtos do camponês, visto que a precariedade infraestrutural da estrada, associadas à ausência de linhas regulares de transporte colocam o produtor rural refém dos atravessadores. A empresa torna-se o atravessador, mediador entre o produtor e o mercado.

As unidades familiares associadas aos projetos de agricultura familiar de dendê não perdem a propriedade jurídica da terra, tampouco as pessoas tornam-se assalariados das empresas; em suma, continuam proprietárias da terra enquanto meio de produção e força produtiva e sua força de trabalho não é vendida à empresa. Porém, quem determina e comanda os usos dessa terra são as empresas; a terra, por meio de contratos entre partes “juridicamente iguais” e em comum acordo, transformou-se em território usado pelo dendê. Igualmente a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comandada e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana.

Os lugares sentem o impacto da dendeicultura. Muda-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social, enfim a relação com o território, que antes era o quadro da vida, usado para reprodução da unidade familiar camponesa, isto é, satisfação de sua condição de existência. Empresas como a Marborges agroindústria tem um raio de influência sobre mais de 60 comunidades rurais distribuídas pelos municípios do Moju e Acará, como demonstram o gráfico 2.

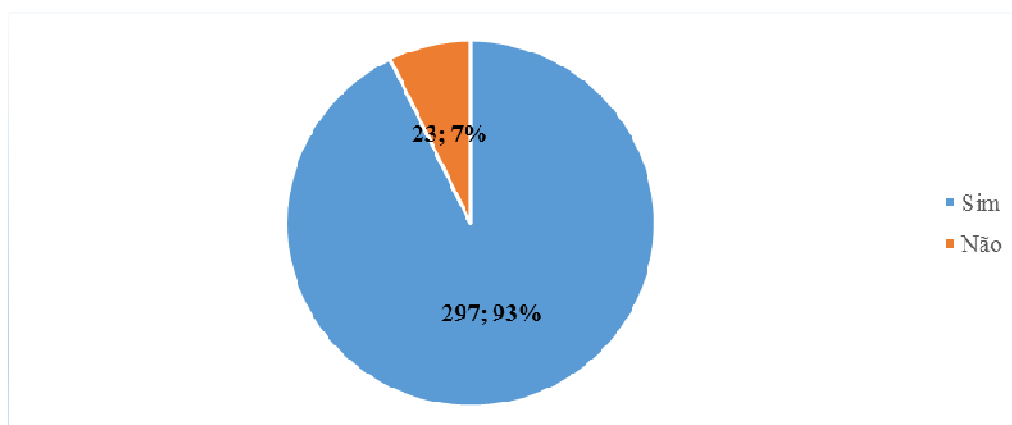
Gráfico 1- Algumas Comunidades onde residem os trabalhadores da MORBORGES



Fonte: Trabalho de campo GDEA, 07/2013, organizado por Leonardo Vieira.

Nos lugares em torno dos empreendimentos de dendê a reprodução da existência está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provem o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia. Em pesquisa de campo realizada pelo (GDEA) na empresa Marborges Agroindústria, nos dias 3, 4 e 5 de julho de 2013, no município de Moju. Foram entrevistados 320 trabalhadores dos 800 empregados. Perguntamos: o dendê é a principal fonte de renda de sua família? Conforme indica o Gráfico 1, para 297 entrevistados o emprego na dendeicultura constitui a principal fonte de renda.

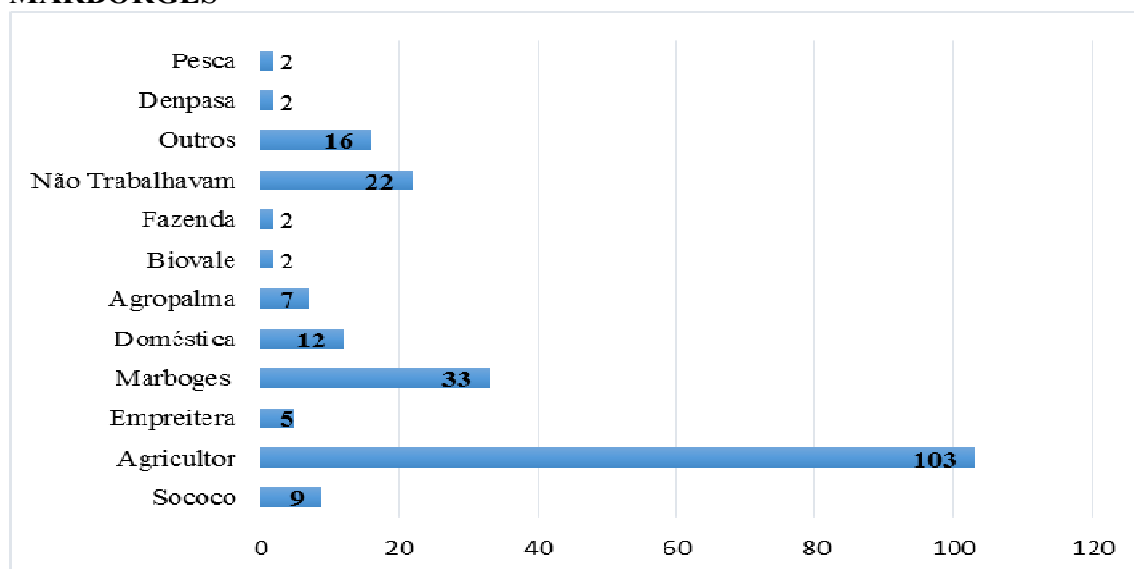
Gráfico 2- Dendê- principal fonte de renda dos trabalhadores da MARBORGES



Fonte: Trabalho de Campo GDEA(07/2013), organizado por Leonardo Vieira.

No atual período a dendeicultura de energia impulsionada pelo biodiesel é um grande projeto agroindustrial, um enclave territorial de agroenergia, com as mesmas bases tradicionais dos que aportaram na região, sustentados por ações políticas estatais e ressaltando as vantagens técnicas, competitivas e econômicas; agora propondo a reinvenção da Amazônia como fronteira da agricultura de energia. Ele reinventa os lugares onde aporta, pois seu tamanho e metas exigem quantidades crescentes de terra e força de trabalho. Assim por exemplo, temos a Comunidade da Forquilha, na área rural da PA 140, município de Tomé-Açu, organizando-se para atender as demandas de serviços desencadeadas a partir do estabelecimento do Polo Tomé-Açu de dendê da BIOPALMA. Nela encontramos motel, dormitório, postos de gasolina, lojas de eletrodomésticos, revendedoras de moto, padarias, açougues, supermercados, dentre outros objetos geográficos que não lembram o trabalho na roça de mandioca, nas casas de farinha, nas plantações de melancia, feijão, enfim o modo de vida camponês.

A dendeicultura de energia tem alto poder de atração de mão de obra para execução de atividades que exigem esforço físico constante. Empresas disponibilizam transporte para deslocamento de trabalhadores até os campos, atraindo mão de obra de todos os quadrantes do estado e da região. Assim, em fevereiro de 2013 entrevistamos pessoas que tem família em Nova Esperança do Piriá, mas trabalham a mais de 400 quilômetros nos campos de dendê da BIOPALMA no Moju. Visitam seus lares só nas férias. Trata-se, predominantemente de trabalhadores cuja trajetória de vida passou várias vezes pelo campo, quer trabalhando em sua propriedade ou em de terceiros, desenvolvendo atividades que exigem baixa escolaridade e muito vigor físico. Constatamos isso durante o trabalho de campo no município de Moju, na empresa MARBORGES, quando perguntamos para aos trabalhadores de campo, quais foram as suas três últimas ocupações antes de trabalhar na Marborges. (Gráfico 3)

Gráfico 2- Os três últimos trabalhos antes da
MARBORGES

Fonte: Trabalho de Campo GDEA em 07/2013, organizado por Leonardo Vieira.

Os dados sustentam a descampesinização, indicam percentual considerável de outrora agricultores que hoje trabalham na Marborges. Mas não asseguram que o trabalho na cultura e processamento do dendê foi o que lhes atraiu; não induz a afirmar que a segurança salarial oferecida pelas empresas dendeicultoras atrai os agricultores tradicionais. O processo é mais complicado. De fato não é o dendê que atrai, mas a ausência de política de estado para o campo, sobretudo para as comunidades rurais camponesas, que desencadeia a descampesinização, redirecionando o camponês para reprodução de um modo de vida que não é o seu. Senão vejamos, o campesinato tradicional não dispõe de alternativa produtiva com o mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa ao dendê. Nenhuma linha do PRONAF recebe tanto apoio e incentivo do Estado e do capital quanto o PRONAF ECO, sobretudo no que se refere a garantia de compra do produto a preço de mercado e monitoramento de todas as fases do processo produtivo, a começar pelo piqueteamento da área, treinamento para coleta e mesmo carregamento da produção até a agroindústria. Mesmo as organizações representativas dos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais carecem de propostas alternativas à dendeicultura enquanto pensamento único para o desenvolvimento rural, geração de emprego e renda. Movimentam-se no mesmo campo político que reivindica a inclusão da agricultura familiar nos projetos de dendê como

única política de estado para o meio rural. Portanto, assistimos, isto sim, a continuidade de um longo processo de formação de um campo sem camponeses, lentamente gestado por um Estado que nunca propôs política agrária que primasse pela reprodução do modo de vida do campesinato tradicional.

As políticas agrárias propostas até aqui são desenvolvimentistas e produtivistas, concebem o campo como um espaço econômico, um espaço para produção e não um espaço para viver, um exemplo é o PRONAF cuja meta é transformar o camponês tradicional em empreendedor rural. Provavelmente isso explica o êxodo rural, pois os usos do espaço agrário são viabilizados para a reprodução do capital, que se apropria de territórios historicamente usados por comunidades e campesinato tradicionais, que mantem com a terra uma relação de pertencimento, berço onde cultivam, criam, extraem e produzem as condições necessárias à produção de seu gênero de vida.

Busca-se nos territórios do dendê emprego e renda, abandona-se a unidade produtiva familiar camponesa, forma-se um campo sem camponeses, posto que estes se metamorfoseiam, paulatinamente, em trabalhadores para o capital (WANDERLEY, 2009). Esse movimento acentua processos anteriormente existentes nestes espaços rurais tais como a crise na produção familiar de alimentos, envelhecimento do agricultor familiar, enfraquecimento da pluriatividade no campo, dependência e subordinação dos lugares à dinâmica das empresas, enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas pela reforma agrária, dentre outros que são objeto de investigação, análise e interpretação da geografia agrária e dos movimentos sociais. Foge aos limites deste texto elucidar como, porquê, quando e onde a dendeicultura aprofunda tais processos.

Considerações finais

O espaço agrário contém múltiplas possibilidades, sobretudo se concebido numa perspectiva territorial, consideradas a configuração espacial e as dinâmicas sociais que usam o espaço, territorializando ações. Espaço caracterizado pelo uso da terra, como principal força produtiva e meio de produção, por diferentes e divergentes grupos e classes sociais, uns concebendo-o eminentemente como setor produtivo da economia, outros como lugar singularizado por seu modo de vida, o campo é palco, produto e condicionante de lutas entre classes sociais para territorializar seus interesses, isto é, seus usos do território.

Em se tratando do espaço amazônico oriental, desconfiemos do *boom* do dendê que promete sustentabilidade ambiental, rentabilidade econômica, inclusão social de agricultores familiares, soberania e segurança energética e alimentar, sem que se esclareça para quem e como. Trata-se isto sim de mais um capítulo da questão agrária na Amazônia, onde as virtudes de um produto (drogas do sertão, borracha, manganês, ferro, bauxita, energia, gado) mostram-se insuficientes para assegurar espaços menos desiguais e mais justos. Forma-se isto sim verdadeiros processos de *des-envolvimento* de comunidades rurais tradicionais, campos descampesinizados, espaços mais e mais esquizofrênicos, posto que organizados segundo comandos exógenos e não daqueles que cotidianamente os vivem.

A dendeicultura não é a solução, nem é a causa dos males que afligem o espaço agrário nas áreas antropizadas. É preciso superar a tradição política que subordina o desenvolvimento da Amazônia à ascensão e queda de um produto no mercado mundial, que deposita todas as esperanças ou mesmo amaldiçoa determinado produto; política que se regozija ao dizer “nossos minérios”, “nossa floresta”, “nossas riquezas” ou mesmo que repete o mito do desenvolvimento em muitos adjetivos, regional, sustentável, territorial, participativo. Sempre mais do mesmo. Esquecendo-se de perguntar quem usufrui das riquezas, sejam elas essências florestais, borracha, madeira, minérios, energia hidroelétrica e dendê. Dendê para quem? Dendê por quê? Dendê para quê?

Portanto, é preciso perguntar quem ganha com a dendeicultura, pois tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê, faz-se necessário refletir sobre quem usufrui dos dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra e se beneficia do território; refletir sobre os impactos no modo de vida do lugar onde o agronegócio do dendê se implanta e expande, isto é, sobre o que significa passar da condição de lavrador para agricultor de dendê ou de outro modo, de camponês tradicional para agricultor familiar do dendê, trabalhador para o capital.

Notas

¹ Artigo fruto do projeto de pesquisa “Usos do Território, Dendeicultura e Modo de Vida Quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu(PA)” que tem auxílio financeiro do CNPQ, chamada Universal 14/2011.

² Agradecemos as Empresas MARBORGES Agroindústria e BIOPALMA, por receberem nossa equipe de pesquisa, bem como pelos funcionários que disponibilizaram para nos dar suporte na coleta de dados. Igualmente agradecemos ao Banco da Amazônia S/A pelos dados fornecidos que ajudaram a sustentar nossos argumentos.

³ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286217>>. Acesso 15.04.2013.

⁴ Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=65301&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1366056447869>>.
Acesso em 27.02.2014.

Referências

BASA. A experiência do banco da Amazônia com projetos integrados de dende familiar. **Contexto amazônico**. 22^a ed. 2012. Disponível em: <http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Ccontextoamazonico%5Ccontexto_amazonico_22.pdf>. Acesso em 15/04/2013.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp. 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NAHUM, J. S; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins** [Online], 16 | 2012, posto online em 03 Novembro 2012, Consultado o 13 Dezembro 2012. URL: <http://confins.revues.org/7947> ; DOI : 10.4000/confins.7947.

NAHUM, J.S. Região e representação: a Amazônia nos planos de Desenvolvimento. In: **Biblio 3W revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XVII, nº 985, 25 de julio de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>> . Acesso em 14.09.2013. [Serie documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] 2012

ORTEGA, A.C. **Territórios deprimidos. Desafios para as políticas do desenvolvimento rural**. Campinas(SP):Editora Alínea; Uberlândia(MG):Editora Edufu. 2008.

SACRAMENTO, E.D. **As almas da terra. A violência no campo mojuense**. Belém: Editora Açai.2012

WANDERLEY, M de. N.B. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS. 2009.

<p>Recebido em 14/09/2013 Aceito para publicação em 21/02/2014.</p>
